

CRÍTICA
marxista

RESENHAS

Che Guevara e o debate econômico em Cuba

Luiz Bernardo Pericás
São Paulo, Xamã, 2004.

DANILO ENRICO MARTUSCELLI*

O tema de fundo desta obra é a transição do capitalismo para o socialismo em Cuba. Para tanto, Pericás realiza um estudo acurado da história econômica da ilha e reconstrói o debate econômico desenvolvido nesse país durante os anos 60, dando especial atenção às concepções e propostas do líder guerrilheiro Ernesto Che Guevara.

Para caracterizar o debate econômico cubano, Pericás explora o quadro complexo e dinâmico da correlação de forças existentes em Cuba. O caráter dependente da economia cubana em relação aos EUA teria sido, segundo o autor, um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas da ilha. Os acordos bilaterais estabelecidos, ao longo dos anos 30 e 40, entre os dois países contribuíram para acelerar o processo de subordinação de Cuba em relação aos

EUA e passar a este o controle de diversos ramos econômicos do país. De acordo com Pericás, diversos indicadores econômicos explicitam a situação de dependência de Cuba, no período pré-revolucionário, e são importantes instrumentos para questionar a tese do “semidesenvolvimento” cubano, advogada por certas análises conservadoras. Como atesta o autor: “Dificilmente a ilha conseguiria um desenvolvimento relativamente independente sem uma mudança real nas instâncias de poder e na relação com os estadunidenses. Somente uma revolução poderia modificar as estruturas agrária e industrial *profundamente*, afetando os interesses dos monopólios externos, assim como direcionar os investimentos para as áreas estratégicas, tanto no setor social como no produtivo”(p. 34).

* Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Deflagrada a revolução de 1959, algumas mudanças significativas ocorrem. O novo governo ataca os latifúndios; acelera o processo de industrialização; restringe a intervenção do capital estrangeiro no país, em especial do capital estadunidense. Como consequência, essas medidas incitam o rompimento dos acordos estabelecidos anteriormente entre Cuba e EUA.

Para Pericás, as primeiras medidas implementadas pelo novo governo cubano foram influenciadas pelo pensamento cepalino, vindo a receber duras críticas do presidente do Banco Nacional de Cuba, Guevara, para quem não era possível estabelecer um desenvolvimento autônomo com a complacência das potências estrangeiras. Além disso, segundo o autor, para implementar essas medidas e promover o crescimento econômico do país, o governo cubano deparou-se com alguns obstáculos, dentre eles: a ausência de recursos das agências de crédito internacional, controladas pelos EUA; a falta de técnicos qualificados para dar suporte à produtividade no processo industrial; e a necessidade de importação de grandes quantidades de maquinaria e equipamento para impulsionar a industrialização. Esses obstáculos levaram o novo governo a buscar aproximações com o “bloco socialista”, em especial a URSS, que passou a fornecer técnicos qualificados, maquinário, equipamentos e cursos técnicos especializados para os cubanos.

Durante os anos 60, com as baixas taxas de crescimento econômico, os

países do “bloco socialista” realizaram uma série de reformas macroeconômicas. Influenciados pelas propostas dos “reformistas” soviéticos, entre os quais Ievsei Liberman, esses países passaram a defender reformas com base nos princípios de que o lucro deveria representar o índice de eficiência de uma empresa, a economia deveria ser descentralizada, além dos incentivos dados ao processo de burocratização. A despeito de essas propostas terem tido grande aceitação por parte dos membros do governo cubano, Pericás mostra-nos que elas foram rechaçadas por Guevara, então ministro das Indústrias, que defendia o planejamento centralizado e considerava que as técnicas capitalistas eram úteis para a transição socialista apenas nos aspectos tecnológicos e administrativos. Che era contundente na crítica às idéias de tornar a economia cubana integrada ao mercado capitalista, recorrer à lei do valor e reforçar os incentivos materiais, no lugar dos incentivos morais, aos trabalhadores.

É no bojo dessas discussões que surge o conhecido debate econômico em Cuba. Durante todo esse debate, Guevara defende a proposta de consolidar o sistema orçamentário de financiamento em Cuba, ou seja: “Para ele, o princípio que rege o capitalismo seria a lei do valor, que se expressa no mercado. Em Cuba, contudo, apesar da carência de mercadorias, que poderia ter levado a um aumento lógico nos preços e à volta da relação oferta-procura, o governo havia imposto um congela-

mento nos preços e aumentado o racionamento, impedindo que o valor das mercadorias se expressasse através do mercado. Os preços seriam definidos a partir de uma série de fatores inter-relacionados, desde as matérias-primas até os gastos de todo tipo no processo de produção e distribuição das mercadorias. Se os produtos atuassem de acordo com os preços 'inter-relacionados' (...), surgiria uma nova relação de preços, diferente do que se passa de forma geral no mercado mundial” (p. 114). Essa tese de Guevara foi motivo de polêmica, especialmente com Charles Bettelheim, para quem nos países socialistas, independentemente de seu nível de desenvolvimento, continuariam existindo as categorias mercantis, tais como o cálculo do valor, a moeda, um sistema de crédito e um sistema financeiro.

Nesse período, Guevara discute também o papel dos sindicatos na transição ao socialismo. Para ele, os sindicatos teriam duas funções: a de compreender as metas do plano estatal e discuti-las nas empresas; e de defender os interesses dos trabalhadores nas fábricas. Isso o levou a concluir que não havia contradição intrínseca entre o Estado e os sindicatos, uma vez que, enquanto o governo procurava desenvolver o país da forma mais acelerada possível, os sindicatos deveriam ter a obrigação de adaptar as condições reais de Cuba aos projetos estatais.

O conceito de “homem novo”, tal qual elaborado por Guevara, é outro alvo da análise de Pericás. Esse autor

aponta críticas a análises, tais como as de Michel Löwy, que destacam apenas os aspectos éticos, filosóficos e humanistas do conceito de “homem novo”, despidendo-o de suas determinações políticas e econômicas. Para o autor, “para que se possa compreender na prática o ‘homem novo’ de Guevara, é preciso, pois, explicar três momentos fundamentais que compõem esta idéia, que são basicamente *o sistema de incentivos, o trabalho voluntário e a emulação socialista*” (p. 156).

O sistema de incentivos foi motivo de polêmica entre um grupo, encabeçado por Bettelheim e Carlos Rafael Rodrigues, que defendia o uso de estímulos materiais, e outro grupo, dirigido por Guevara, formado por propagandistas dos incentivos morais. Para o primeiro, o comportamento dos homens não é determinado pela consciência, mas por sua inserção no processo produtivo, que está diretamente associado ao desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, defende os estímulos materiais, tais como: técnicas de produção (instituição de prêmios), política de preços, salários e créditos. Já para o segundo grupo, a ênfase é dada aos estímulos morais, pois os incentivos materiais são entendidos como resquícios da lógica capitalista. Com isso, seria necessário adotar o método de apresentar os melhores trabalhadores como exemplos aos demais, por meio de ampla campanha publicitária, formando, com isso, o que se configuraria como a emulação socialista que colaboraria para construir o socia-

lismo a partir do aproveitamento máximo da mão-de-obra do país.

Em relação à idéia de trabalho voluntário, Pericás sustenta que esse seria concebido como um instrumento de ligação entre o trabalho manual e intelectual, devendo ambos ser cumpridos “com prazer” e fomentando a participação consciente dos trabalhadores, “afastando-os da alienação e acelerando a transição ao socialismo”. Nesse sentido, para Guevara, o trabalho voluntário cumpriria o papel de difundir valores do companheirismo e da ajuda mútua entre os cidadãos cubanos.

Pericás, no último capítulo, expõe as convergências e divergências de Guevara com as tendências marxistas. Ao contrário de certos grupos que procuravam caracterizá-lo como trotskista, maoísta ou pró-soviético, de acordo com o autor, Guevara teria constituído uma linha própria no campo marxista, formando uma espécie de “marxismo heterodoxo”, vindo a romper com a visão stalinista depois da “crise dos mísseis”, em 1962; a adotar a perspectiva internacionalista, antiburocrática e libertária para a revolução, tal como Trotsky; a enfatizar o papel da guerrilha e do campesinato no processo revolucionário, como Mao; e a conceber os sindicatos como subordinados ao Estado.

A análise de Pericás faz uma caracterização rigorosa e ampla das concepções e propostas de Guevara, levando em consideração não só as concepções do teórico, mas também as propostas políticas do líder revolucionário.

Entretanto, talvez por simpatia às idéias de Guevara, Pericás parece isentá-lo de críticas.

Ao longo do texto, as críticas dirigidas à Guevara partem de outros autores e membros do governo cubano e, mesmo assim, Pericás tende sempre a descaracterizá-las, seja porque esses autores teriam mudado de posição em textos posteriores, seja porque os membros do governo cubano estavam sendo influenciados pelos soviéticos, vindo a reproduzir os mesmos vícios deste regime. Abrimos esse diálogo com o autor, por entender que, se confrontarmos a concepção de transição de Guevara com as experiências revolucionárias do século XX, possivelmente encontraremos diversas pistas para questionar a idéia defendida por Guevara de que a transição ao socialismo poderia se desenvolver, isoladamente, em um país atrasado como Cuba.

Longe de pretender dar um ponto final a essa questão, entendemos que a obra de Pericás, para além de reconstituir o debate econômico em Cuba, é uma importante reflexão sobre os desafios da transição do capitalismo ao socialismo e, em especial, nos países da periferia do sistema capitalista.